



APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



17º Fórum da Arrábida

O Futuro das Democracias na Era Digital

APDSI Arrábida 2022

06 de Maio de 2022



FICHA TÉCNICA

Autor: © APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Título original: 17.º Fórum da Arrábida – O Futuro das Democracias na Era Digital

Edição: APDSI

Lugar e Data: Convento da Arrábida, 2022

Coordenação

Maria Helena Monteiro, Presidente da Direção
Francisco Tomé, *Coordenador do Grupo de Missão “Futuros da Sociedade da Informação”*

Equipa do Projeto

Albano Santana Ramos
António Morais Arnaud
José Dias Coelho
José Emílio Amaral Gomes
José Matos Pereira
Luís Vidigal
Mendo Castro Henriques
Ricardo Andorinho
Victor Ângelo
Membros do Grupo de Missão “Futuros da Sociedade da Informação”

Apoio:

Bruna Martins, *Secretariado Executivo da APDSI*

Website: www.apdsi.pt

Edição e Produção: Casa dos Bits – Edições Lda.



Conteúdos deste documento ao abrigo da Licença Creative Commons - Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional. Ele pode ser copiado e redistribuído por qualquer meio ou formato, misturado, transformado e usado para a elaboração de outro material que deverá ser distribuído usando a mesma licença. Para mais detalhes consultar as condições de uso em <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> Todos os direitos reservados APDSI.



O CONVENTO DA ARRÁBIDA VOLTOU A ACOLHER A INICIATIVA DA APDSI, FÓRUM DA ARRÁBIDA: REPENSAR O FUTURO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, ESTE ANO DEDICADO AO TEMA DO FUTURO DAS DEMOCRACIAS NA ERA DIGITAL.

A evolução do conceito de democracia faz com que assumam hoje características impensáveis na comparação com o passado mas há que considerar ainda que a democracia apercebida hoje pelo ocidente (Eurocêntrica) parece não ser de aplicação universal do tipo “one fits all” para um mundo heterogêneo e tão diferente em termos culturais e geográficos.

O desafio colocado na 17ª edição do Fórum da Arrábida é de perspetivar a evolução da democracia para os próximos anos, em plena Revolução Digital. As questões que se colocam sobre a forma como podem evoluir os modelos de decisão em sociedade, a sobrevivência do modelo de democracia representativa/liberal e a emergência do populismo, do extremismo e do autoritarismo fazem parte das muitas interrogações com que os participantes foram confrontados ao longo de um dia preenchido com trocas de ideias e debates acesos.

Durante o arranque dos trabalhos, Maria Helena Monteiro, presidente da APDSI, sublinhou a satisfação de voltar a um espaço que nos últimos anos acolheu a troca de ideias dos participantes, agradecendo a presença de todos numa época em que as agendas são cada vez mais complicadas. “Estes momentos promovem mais conhecimento e debate, pela interação entre todos”, reconheceu a presidente da APDSI, lembrando que nos últimos anos foram produzidos documentos com resultados dos vários fóruns realizados, com uma visão importante sobre a evolução da sociedade da informação, e que estarão agora reunidos no livro sobre os 20 anos da associação, que será editado este ano. “É uma base riquíssima de conhecimento para quem quiser desenvolver a história da Sociedade da Informação em Portugal”, defendeu.

Na mesma linha, Francisco Tomé, líder do grupo de Futuros da Sociedade da Informação da APDSI, admite que é gratificante olhar para trás e ver a contribuição que a associação tem dado ao desenvolvimento da Sociedade da Informação e ao mesmo tempo destaca o que se aprende nestas trocas de experiências. Lembrando que não é fácil olhar para o futuro com olhos de futuro e não com o olhar do presente.

O desafio para continuar a trabalhar com estes temas e interagir com outras entidades foi também lançado no início de mais um Fórum da Arrábida, ainda antes do primeiro debate.

OS DESAFIOS DA ERA DIGITAL PARA AS DEMOCRACIAS

Os trabalhos do Fórum tiveram início com um painel de debate dedicado ao Futuro das Democracias na Era Digital, abordando as inquietações, questões críticas e discussões que servem de rastilho para as três salas de reflexão que ocupam o dia dos participantes.

Raquel Vaz Pinto, investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais da UNL, Víctor Ângelo representante especial das Nações Unidas para as operações paz e o desenvolvimento, e Mendo Henriques, professor da Faculdade de Ciências Humanas da UCP, foram os convidados para o debate moderado por Luis Vidigal, da APDSI.

Reconhecendo que é vista como uma “resistente da tecnologia”, Raquel Vaz Pinto admite que hoje a conversa sobre o Futuro da democracia na Era Digital é inadiável e inequívoca. Esta é uma matéria que a investigadora acompanha e que surge sobretudo das relações internacionais, e para balizar o tema citou dois artigos, um mais otimista do final dos anos 90, as [Tecnologias da Libertação de Larry Diamond](#), e [Ditadores Digitais na Foreign Affairs](#) que aborda a forma como alguns países podem ser exportadores de uma tecnologia ao serviço de uma ditadura, as rivalidades geopolíticas, geoestratégicas e os valores que nos guiam enquanto sociedade e os que espelhamos.

“Estamos hoje claramente mais pessimistas, temos a sensação de um mundo difuso, com dificuldade de pensar a médio e longo prazo”, afirma, lembrando que isso é o que caracteriza a possibilidade de desenvolver uma estratégia. Raquel Vaz Pinto recorre ao exemplo da história para destacar o que a invenção da imprensa fez em meados do sec XV por Martinho Lutero e defende que “o que distingue a tecnologia hoje é que a mudança é tão rápida que numa geração temos mudanças tremendas”.

O peso que a tecnologia assume na competição entre potências leva à questão de considerarmos que temos uma democracia ou democracias. “Talvez devêssemos discutir o que é uma democracia liberal”, afirma, adicionando a ideia de que a procura pela soberania tecnológica é cada vez mais relevante. O caso da China, que tem apostado de forma clara e estratégica na Inteligência Artificial, com o algoritmo vermelho, o reconhecimento facial e de voz e os créditos sociais, é um exemplo de uso da tecnologia para desenvolver áreas como as safe e smart cities mas também o controle da própria população.

“A tecnologia é boa ou má? Como tudo, é o que fazemos dela”, explica a investigadora, adicionando que é um terreno onde temos o desafio de preservar a liberdade e assegurar a segurança, mas mais um dos muitos terrenos onde a discussão se verifica.

“Estamos hoje claramente mais pessimistas, temos a sensação de um mundo difuso, com dificuldade de pensar a médio e longo prazo”.

RAQUEL VAZ PINTO

A fragmentação da Internet foi também outro dos tópicos abordados na intervenção inicial, com Raquel Vaz Pinto a lembrar que o que começou por ser um sonho de um mundo mais próximo acabou por se fragmentar, e que hoje temos sistemas nacionais de internet, com a China e a Rússia a imporem barreiras de acesso e a promoverem uma internet própria. “Temos de pensar na possibilidade de ter aqui um desafio muito grande”, afirma, estabelecendo a diferença em relação aos tempos da Guerra Fria até porque temos a presença dessas potências na nossa geografia. “É um desafio, não digo que é uma ameaça”, defende.





O USO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS PELO PODER POLÍTICO É UM RISCO?

A longa experiência de Víctor Ângelo nas Nações Unidas, e dos anos que passou a tentar capturar o líder radical Joseph Kony, do Exército de Resistência do Senhor, de origem ugandesa, serviu de mote para contextualizar a importância da tecnologia e dos dados.

“Há um fluxo enorme de dados que são sujeitos a filtragem, primeiro a filtragem eletrônica, depois a filtragem humana e só depois análise da informação”, explica o especialista que refere ter aumentado exponencialmente o número de pessoas que trabalham para tentar analisar os resultados captados pela inteligência artificial. “Na segurança há milhões de pessoas que tratam diariamente a informação depois de terem sido filtradas por sistemas de IA”, avisa, reconhecendo que o fator humano continua a ser relevante.

As preocupações com a dependência dos Estados Unidos, sobretudo tendo em conta o que aconteceu depois da eleição de Donald Trump em 2016 e os riscos que existem em relação às próximas eleições, e os abusos de poder, foram também partilhados por Víctor Ângelo que avisa que “a tendência de quem tem o poder é para abusar [...] essa é a experiência que tenho”. Por isso defende que é fundamental que se combata essa tendência, com a criação de contrapoderes, separação dos diferentes pilares de poder e também com o papel da comunicação social.

“Na segurança há milhões de pessoas que tratam diariamente a informação depois de terem sido filtradas por sistemas de IA”

VÍCTOR ÂNGELO

Víctor Ângelo sublinha ainda que é fundamental insistir na responsabilidade das elites. “Seria um erro e demissão das nossas responsabilidades que quem tem a possibilidade de ser ouvido não utilize esse carisma, essa força, para defender a democracia”, sublinha. Para o futuro o especialista defende que é necessário otimismo, porque só os otimistas conseguem liderar movimentos de transformação, e acrescenta que o otimismo também se constrói.

O risco da utilização das plataformas digitais em termos políticos é porém uma preocupação destacada na introdução inicial, lembrando que quem tem poder usa essas plataformas para consolidar o controlo do poder e, muitas vezes, para destruir a mensagem e a imagem dos adversários.

É por isso que Víctor Ângelo sublinha a importância de construir a confiança e a coesão social, ajudando a fazer crescer e desenvolver a sociedade, já que a divisão leva ao declínio. E avisa para os riscos do populismo, que está a crescer na Europa e que tenta subverter a ordem constitucional. “Uma sociedade é mais forte se tiver uma sociedade civil mais interveniente”, sublinha, menos dependente de subsídios e do poder político.



A GLOBALIZAÇÃO E UMA NOVA MANEIRA DE PENSAR O TEMPO

A polarização do mundo real da democracia por fatores como a localização e o digital foi um dos pontos abordados na intervenção de Mendo Henriques. “Falar da democracia na era digital é encarar um sistema que a democracia não se traduz pelo governo do povo”, defende.

Para o professor, estamos numa fase da globalização e sobre a qual já tivemos mais certezas. “Continuamos a apreciar as vantagens da globalização, mas há um conjunto de deficiências, uniformizações e perdas de qualidade que resultam do mundo plano”, afirma, referindo que surge a importância do local.

“Continuamos a apreciar as vantagens da globalização, mas há um conjunto de deficiências, uniformizações e perdas de qualidade que resultam do mundo plano”

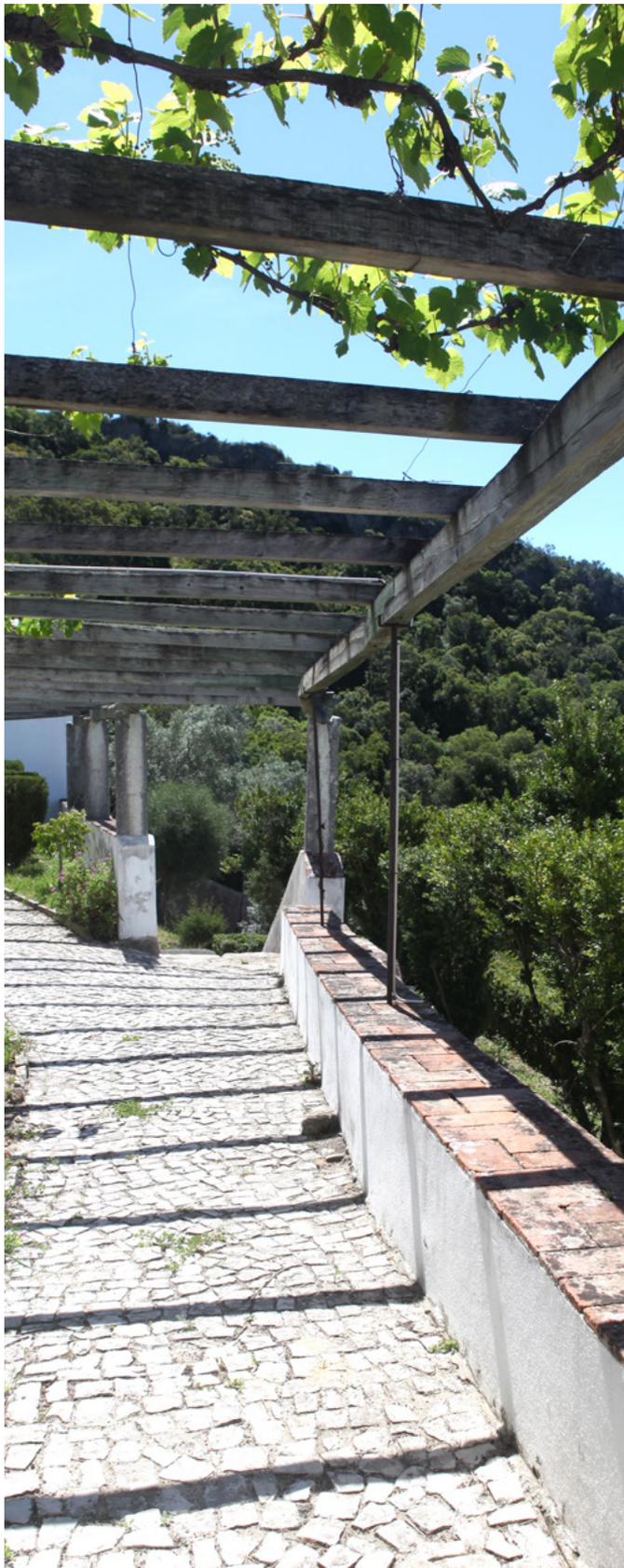
MENDO HENRIQUES

Mendo Henriques refere que segundo vários autores chegámos a uma fase de modernização reflexiva na Europa, mas que é preciso perceber que tipo de modernidade queremos. “Os partidos estão a morrer há muito tempo, desapareceu um fundo ideológico forte”, avisa, adicionando que a ideia de que é preciso reestruturar as estruturas democráticas é verdade.

A maior possibilidade de participação veio criar um modelo de referendo permanente e as tecnologias digitais deram um sentido muito forte e operacional ao plebiscito permanente. “A tecnologia de blockchain é de referendo permanente, se todos conhecemos permanentemente os pensamentos políticos”, justifica.

Para Mendo Henriques, a transformação na era digital mostra que já não nos guiamos apenas pela flecha do tempo, que nos permitia pensar que o futuro ia ser sempre melhor. “Num certo sentido vivemos nas ruínas da modernização e no naufrágio com espetador, onde há uma nova flecha do tempo em que precisamos de saber o que vamos fazer já com o nosso território e o nosso planeta”, afirma.

“Trazer os conceitos de simultaneidade e singularidade faz-nos pensar no tempo de outra maneira e tem um impacto prático absolutamente decisivo na evolução das democracias”, acrescenta Mendo Henriques.



EUROPA ESTÁ A PERDER A BATALHA DA INOVAÇÃO EM ÁREAS CRÍTICAS COMO A IA

No debate que se seguiu às três apresentações que abriram o Fórum da Arrábida sublinharam-se as diferenças entre nativos digitais e nativos analógicos. Refletiu-se sobre as condições que diferentes blocos da sociedade têm para tirar partido das ferramentas de uma democracia da era digital e sobre o impacto que isso terá na capacidade de fazer chegar estas evoluções, de forma generalizada, à sociedade. Rapidamente se destacou a convicção de que o mundo é cada vez mais um lugar de híbridos, em diferentes estádios.

A disseminação da tecnologia por todas as áreas da nossa vida, aproximou do digital as gerações que não cresceram com essas ferramentas e lançou as bases para um processo de inclusão, que continua a evoluir e que tem ajudado a deitar por terra outros estereótipos, revolucionando a relação entre pessoas, modelos teóricos e relações de poder, sublinhou-se.

Pelo debate passou igualmente a ideia de que a internet que conhecemos hoje é um estádio, que evoluirá para outros e que trará novas mudanças aos processos de tomada de decisão. Como será o futuro? Como serão tomadas decisões, como será a regulação? Uma possibilidade que deve ser admitida é a de que os (verdadeiros) nativos digitais venham a adotar outras formas de expressão, que exijam novas respostas dos poderes vigentes, ou que, os tempos mais acelerados em que vivemos, desencadeadores de reações mais emocionais, tenham também o seu impacto na política.

Admitiu-se que a evolução da inteligência artificial possa trazer respostas para as dúvidas do presente, no que se refere aos processos de tomada de decisão no futuro e à organização das sociedades. Os eventos de grande impacto revelam esse poder, como confirmou o contexto da pandemia, que fez nascer um novo tipo de agenda para as democracias.

Ainda sobre a IA, expuseram-se no debate receios sobre o impacto que a tecnologia pode ter, quando é usada ao serviço do poder. O exemplo mais citado foi o da China, que está a fazer um investimento avultado nesta área e em computação quântica: que implicações isso poderá ter para o resto do mundo?



REGULAÇÃO VS INOVAÇÃO

Foi consensual que a tecnologia é uma arma de poder, usada muitas vezes para afirmar poder e com a IA isso volta a ficar claro, como reflete a corrida à liderança do desenvolvimento tecnológico nesta área, entre os sectores militares dos EUA e da China, sabendo-se que quem controlar mais rapidamente certas dimensões da IA ficará numa posição mais forte. Como se destacou, esta é aliás uma história que se repete e a que já tínhamos assistido durante a ascensão da internet.

É também uma corrida que a Europa está a perder, quando continua a olhar para as tecnologias emergentes mais numa perspetiva de regulação do que de inovação e quando a escola do direito continua a sobrepor-se à escola da criatividade. Enquanto os reguladores se concentram na definição de medidas para as redes atuais, as empresas já estão a trabalhar no metaverso.

Defendeu-se por isso que é urgente passar da fase do conhecimento para a fase da inovação e que isso implica, desde logo, mudanças profundas na educação, na forma como se ensina e naquilo que se aprende, para que cada indivíduo consiga verdadeiramente exercer a sua cidadania.

Virando atenções para Portugal, os palestrantes concordaram que o digital, não obstante a sua importância, está longe de ser um tema central na agenda dos políticos, como demonstrou a quase ausência do tópico na última campanha eleitoral. A reduzida presença de nativos

digitais nestes círculos terá a sua influência na forma de olhar para estes temas, defendeu-se, bem como na capacidade de os priorizar face a outras agendas. Exceção para o tema da transformação digital, que tem vindo a ganhar destaque, e para iniciativas legislativas como a Carta de Direitos Humanos da Era Digital.

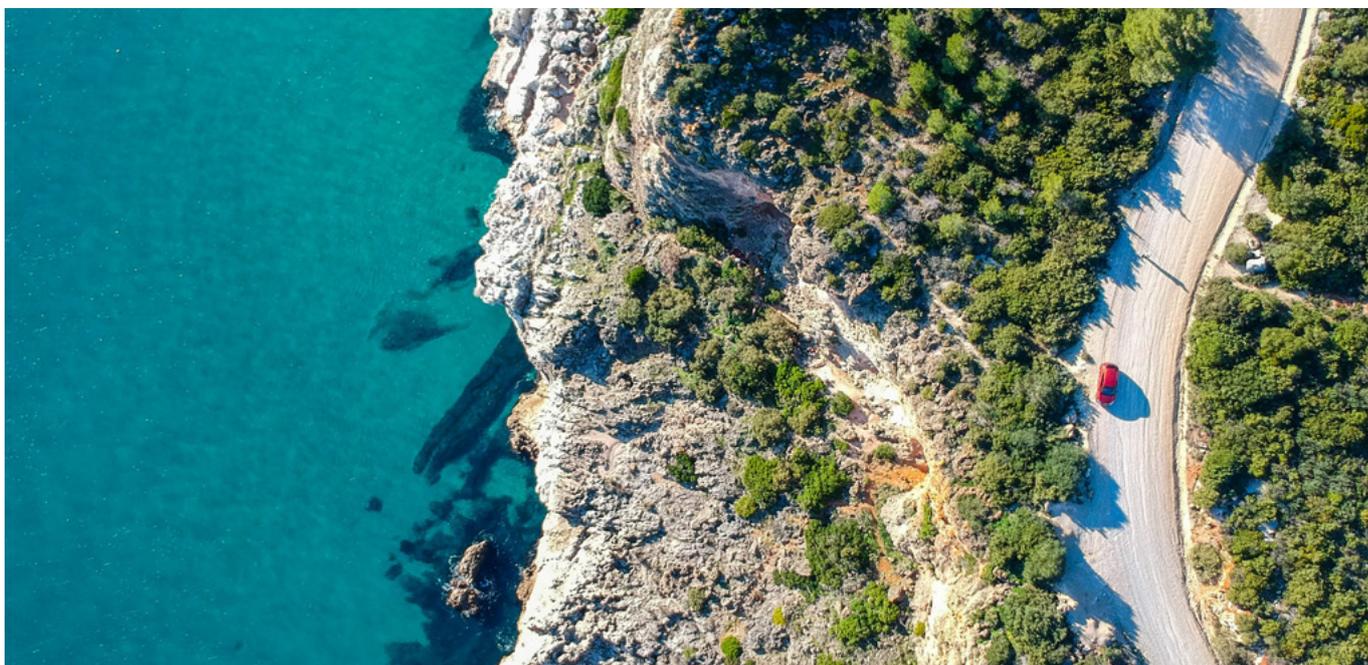
Considerou-se que as elevadas taxas de abstenção, em Portugal e na generalidade das democracias, são reveladoras da falta de capacidade política para responder aos grandes desafios da atualidade e o mesmo mostra a ascensão de teorias da conspiração e movimentos radicais como o QAnon.

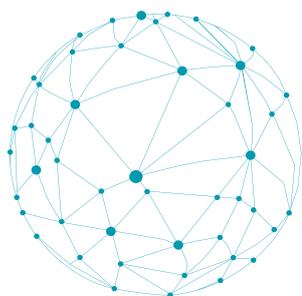
● ● ● IMPrensa DEVE MANTER PAPEL DE MEDIADOR ENTRE O SENSACIONALISMO E A INFORMAÇÃO CREDÍVEL

As novas plataformas digitais deram o seu contributo para expor a uma escala diferente a intolerância que sempre cultivamos e - tal como as elites - falharam na missão de agir para transformar a intolerância em tolerância, evidenciando que a gestão futura de um país dificilmente poderá continuar a construir-se sobre maiorias de 50%+1. Assegurar a representatividade em sociedades fragmentadas, defendeu-se, terá de passar por coligações muito mais amplas.

Como uma espécie de intermediários entre o sensacionalismo que os algoritmos das redes sociais ajudaram a exacerbar e a informação credível devem permanecer os media. O tema da liberdade de imprensa, o enorme impacto das redes sociais nas audiências dos conteúdos informativos, numa primeira fase, e a forma como isso mudou estratégias e acelerou investimentos no digital também passaram pelo debate.

Admitiu-se que algumas mudanças vieram para ficar - como a aposta no digital - ao mesmo tempo que se foram clarificando os papéis de cada meio de difusão de informação (imprensa vs plataformas de internet) deve assumir. A busca pura e dura de audiências nunca foi, e continua a não poder ser, o mote diferenciador de linhas editoriais e não devem ser os algoritmos a marcar a agenda da atualidade. O papel de curadoria da informação prevalece do lado da imprensa, que mantém também a responsabilidade de ir além do “jornalismo dos referendos” e contar as histórias que devem ser contadas, venham elas a ser mais ou menos lidas.





O INDIVÍDUO AUTODETERMINAÇÃO INDIVIDUAL

GRUPO DE REFLEXÃO I



GRUPO DE REFLEXÃO I

O INDIVÍDUO – AUTODETERMINAÇÃO INDIVIDUAL

MODERADOR

Nuno Guerra Santos

PARTICIPANTES

Jaime Quesado

José Magalhães

José Matos Pereira

Luís Vidigal

Mendo Castro Henriques

Ricardo Andorinho

Rui Ribeiro

Zeferino Boal

Como posso controlar a minha liberdade digital? Quem garante o direito à inclusão e proteção dos mais excluídos do mundo digital? Somos pessoas livres? Como se aplica a autocensura?

Estas foram algumas das perguntas lançadas para a discussão no Grupo de Trabalho I, que juntou, entre outros, juristas e filósofos, e onde os próprios conceitos de liberdade e autodeterminação individual em democracia motivaram discussão e multiplicidade de pontos de vista sobre a forma como é feito o envolvimento com o mundo digital que está em toda a parte. Esta liberdade conclui-se que é um problema de inclusão ou exclusão (do mundo digital), o que levou a outra análise por parte do grupo sobre que entidade poderá vir a proteger os excluídos deste mundo digital e todos os cidadãos que vão ficando para trás. Uma das ideias que foi deixada passa por envolver a comunicação social nesta missiva de divulgação e inclusão de quem se perde na vertigem a que tudo evolui, ainda que já tenha havido programas propagadores da tecnologia no passado. Seria necessário, portanto, retomá-los e adaptá-los à realidade dos dias de hoje.

José Magalhães lembrou que “o esforço do legislador foi sublinhar que a transição digital deveria ter no seu centro a proteção dos direitos humanos. Havia e há muitos campos em que essa proteção devia exercer-se. O que há são hóstias normativas com proclamações benévolas. Em vez disso devia haver wi-fi gratuito, escolas e freguesias dotadas de recursos digitais e disponíveis para os cidadãos. Mas a realidade é que existem cidadãos que não têm nem terão skills digitais”.

“É importante desenvolver mecanismos que reconheçam esta avalanche de informação excessiva com que somos invadidos todos os dias e ter capacidade de travar isto”

LUÍS VIDIGAL

A própria agenda dos media manipula as nossas opiniões, preocupações e atenções no geral, considera Rui Ribeiro: “Basta ver-se que, neste momento, a guerra na Ucrânia matou a Covid-19”.

Também é de salientar o tipo de filtros que são colocados nas redes sociais e os milhões de mensagens, consideradas suspeitas, que são filtradas diariamente. “O que acabamos por ver é uma mínima parte da informação total”, lembra José Matos Pereira.

Como são controladas as emoções na Era Digital? Levará a digitalização ao acentuar do individualismo ou a uma maior fragmentação das sociedades? O controlo das emoções também levanta questões como o medo coletivo, catastrofismos e comentários que acabam por manipular o nosso comportamento.

A era digital não afeta uma certa “reserva de humanidade” de cada um de nós, mas não há tecnologia neutra. A tecnologia também nos formata e temos que compensar com outras formas de existência para se continuar a dar sentido e propósito à vida.



CIBERSEGURANÇA E AS AMEAÇAS

E como fica a questão da cibersegurança no meio de tudo isto? Já é impossível ignorar a urgência de se proteger organizações e indivíduos contra ciberataques potenciais causadores de danos ou destruição de redes de computadores, aplicações, dispositivos e dados.

“A cibersegurança deve ser um requisito, não um elemento opcional”, afirma o grupo, em unanimidade. Os hackers, por seu lado, estão cada vez mais desenvolvidos e a uma velocidade assombrosa, de tal modo que foi considerado que deveria haver “olheiros de hackers” por forma a trazê-los para “o lado bom das instituições”.

A proteção na nuvem também foi abordada e a prevenção de ameaças também em dispositivos móveis devia estar mais presente no nosso dia-a-dia, acompanhando as necessidades de cibersegurança atuais e futuras para as organizações terem assegurada a capacidade de inovação e conseguirem acelerar o seu valor comercial (no caso das empresas).

● ● ● INDIVIDUALISMO OU TRIBALISMO?

Outro dos aspetos discutido no seio do grupo teve a ver com o individualismo e a fragmentação das sociedades e em que medida este fenómeno se está a acentuar. A conclusão obtida aponta para a criação e proliferação de tribos e não propriamente de um fenómeno de individualismo, sendo que são as próprias redes que incentivam a criação dessas “bolhas” que convergem nos seus interesses. Estamos a assistir ao nascimento de tribos que convergem nas suas convicções.

“E há um desbocamento em forma de Twitter. Para onde caminha a malha regulatória europeia? Elon Musk vai aprender, na prática, o que é enfrentar as autoridades de proteção da concorrência e o tribunal de justiça da União Europeia. E vai descobrir que os direitos dos titulares de contas não são apenas os consagrados com as entidades que regem uma plataforma ou umas linhas escritas sem consequência”, alerta José Magalhães.

Com os olhos postos no futuro, o grupo projetou o que isso significa numa crescente imersão digital que, por um lado, introduzirá fatores de liberdade e, por outro, as pessoas podem ser o que quiserem nesses universos, e a capacidade de manipulação nesses contextos de maior imersão tecnológica é, ainda, substancialmente superior, colocando grandes desafios à liberdade individual.

“Como regular a liberdade digital que se tem ao navegar pela Internet? Fomos nós que procurámos e desejámos esta comodidade de não sair de casa e resolver tudo pela Internet. Mas agora deparamo-nos com este crescente problema dos hackers”, descreve Zeferino Boal.

● ● ● LIBERDADE E AUTODETERMINAÇÃO

O conceito de liberdade e autodeterminação implicou boa parte do tempo de discussão do grupo. Não ficou claro que a liberdade seja algo incondicional. Citando Mark Twain, Mendo Castro Henriques brincou: “as notícias da minha morte são prematuras”.

Lúis Vidigal nota que a sociedade está pouco interessada em “perceber o outro. Há alguém que governa a Internet, eu apenas consumo. As pessoas entendem tudo isto um pouco como fazem com as decisões do Governo: consomem-se, mas de maneira acrítica. Toda a Internet está feita para criar bolhas e condicionar o indivíduo”, sendo este um ponto de vista também suportado por José Magalhães.

Mendo Castro Henriques considera, a este propósito, que é preciso restabelecer uma filosofia de perguntador: “hoje proibem-se as perguntas. As pessoas não têm conhecimento, não têm literacia. É um problema de educação, de família, de discussão crítica que é preciso contrariar. No tempo da inquisição proibiam-se as respostas; agora proibem-se as perguntas”.

Em relação à liberdade e autodeterminação houve consenso no afirmar que nenhum de nós tem autodeterminação ou liberdade, porque nos está condicionada até pelo marketing que se socorre de técnicas de manipulação individual que se tornam “problemáticas” na escala digital. A liberdade também é talhada pelos nossos limites e educação. Não se pode impor o que parece correto em Portugal a outras culturas.

Neste contexto impõe-se uma revisão dos conceitos de maioridade e menoridade para se determinar até que ponto os menores podem estar sujeitos a determinado tipo de estímulos. Todavia, sobre matérias de violência o que é proibido fora da Internet também é proibido na Internet.

“Liberdade e consciência são um enigma não resolvido. A forma como se mede o senso comum é algo muito subjetivo. Autodeterminação e liberdade também o são”

MENDO CASTRO HENRIQUES

“Liberdade e consciência são um enigma não resolvido. A forma como se mede o senso comum é algo muito subjetivo. Autodeterminação e liberdade também o são”, afirma Mendo Castro Henriques que resume a sua reflexão afirmando que “não temos liberdade nem autodeterminação; ambas nos são condicionadas”.

Para Carlos Costa, não há Comissão de Ética que nos salve desta manipulação comercial a que estamos a assistir no digital: “O subconsciente representa 90 a 95% do comportamento humano. E é o subconsciente que coordena as decisões das pessoas. Vivemos na ditadura do marketing, somos condicionados por aspetos externos a nós e este é um tipo de manipulação que tem de ser proibido ou controlado. Uma crença vai ficar vinculada em nós para o resto da vida. E vai procurar informação digital que a valide e alimente”.

A consciência é mais do que uma máquina. Mas estamos a confiar mais em algoritmos do que em pessoas.

Zeferino Boal entende que para se ter uma democracia, a liberdade digital tem de ser regulada porque “de outro modo estamos limitados. Eu tenho que ter conhecimento para desmontar as fake news. Eu quero ter jornalismo de direita e de esquerda para poder chegar à verdade”.

Ainda assim, foram tecidas várias considerações sobre o quanto a contra informação ou informação alternativa podem ser de extrema importância em determinados contextos de vida. Disfarçar uma informação pode ser útil e é uma estratégia com vantagens comprovadas quando se pretende “enganar” alguns algoritmos.





Os controladores de comentários nas redes sociais também têm um papel fundamental nesta discussão sobre liberdades online. Ao recrutar este tipo de profissionais, qualquer empresa sabe que se trata de uma tarefa que tem um peso psicológico bastante grande, uma vez que os comentários no online transcendem, facilmente, todo o tipo de regra ou norma de boa educação que exista no confronto físico. As normas de cultura e o bom senso perderam-se com o digital.

Será que é possível atuarmos com a nossa consciência não manipulada? A consciência resulta de um misto de criatividade, liberdade, imaginação e responsabilidade – tudo moções de censura, mas não há provas científicas de tal. A era digital pode não afetar esta reserva de imunidade, mas dá novos instrumentos, uma vez que a tecnologia não será completamente neutra, ou seja, também nos formata e temos que a compensar com outra forma de vivência e de existência: a nossa liberdade. A consciência parece ainda ser algo não palpável; uma espécie de enigma longe de se aplicar às máquinas. Como não é identificável ou medida, a IA não vai ter uma consciência equivalente à nossa. Mas se não é medida, existe de facto? Sim, mas não é quantificável, concluiu o grupo.

“Nesse jogo de articulação de inteligências não havendo consciência, não há manipulação de uma das partes em relação às outras para se contribuir para uma finalidade de grupo, não há inteligência social. Se uma máquina não consegue mapear valor humano (valores, educação, experiências) não consegue inovar porque inovação é criar valor ouvindo os outros”, reflete Ricardo Andorinho.

Ainda assim, a partir do momento em que as máquinas são capazes de decidir, as questões de consciência são elevadas a outro patamar. Aquilo que não pode ser medido, como a consciência, também existe. “Há um conjunto de skills e de características que têm a ver com formação ideológica e de caráter de cada um e relacionadas com um projeto de

vida que em ambiente digital sofrem uma espécie de transfiguração entre um otimismo ou pessimismo exagerados, quando esse é um esforço de artesão que não é substituível; só se pode aprender vivendo e experimentando”, complementa José Magalhães.

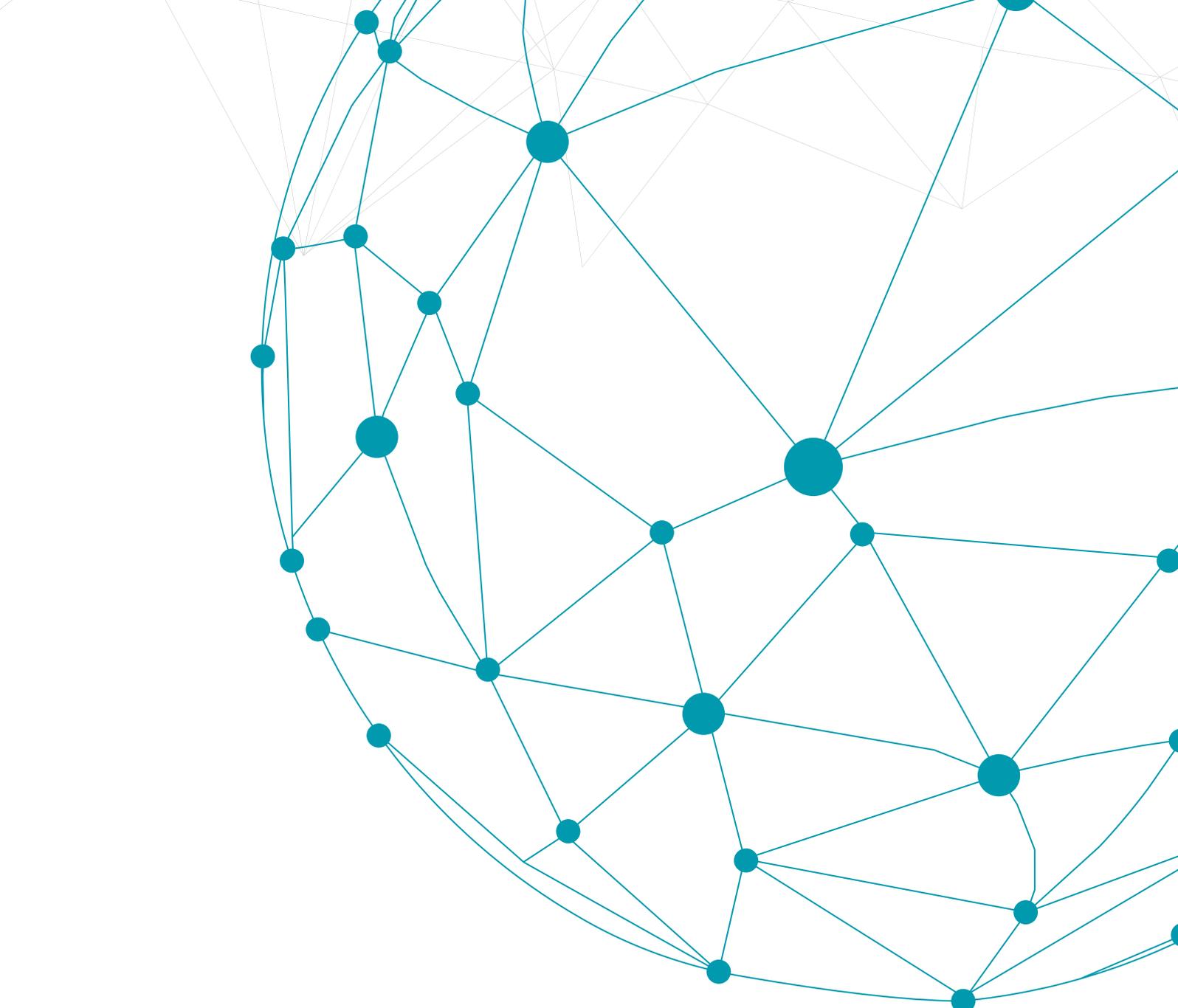
A inteligência coletiva passa pela forma como nos integramos socialmente no ecossistema social. Um indivíduo com um grande potencial de intervenção individual, pode ser prejudicado na sua integração social se não for visto e notado.

“Com a Covid-19 as pessoas ficaram menos tolerantes e com menos skills na dimensão relacional e isto é algo que tem que ser reposto. Isso consegue-se criando e inovando, mas esta perda de um espírito de comunidade é um tema que merece reflexão. Há muita gente com dificuldade em reposicionar-se”, considera Jaime Quesado.

O princípio da singularidade pode ser atingido por volta de 2030, mas mesmo nessa fase haverá sempre alguém que pode travar tudo o que está ligado. “Quem desliga a máquina” é uma discussão séria e há muitos automatismos de learning machine à solta. Há já atualmente drones com autonomia para decidir; há muito automatismo autodeterminado que pode ser preocupante. Cross globalization tracking de mensagens pode ser uma das intenções, preocupantes, de Elon Musk.

No seio do grupo recordou-se o ano 2000 e a enorme quantidade de automatismos que existiam e com uma linguagem básica, “pior que a linguagem de programação cobol!”.

Questões de natureza ética, a espiral da Ciência e a inovação têm que ser tratadas com muita cautela para que a IA não venha a destruir o Ser Humano. Em 2018 metade de humanidade já tinha acesso à Internet, sendo que esse número não se traduz em conhecimento obtido a partir da Internet.



O COLETIVO **PROCESSOS DE DECISÃO** **EM SOCIEDADE**

GRUPO DE REFLEXÃO II



GRUPO DE REFLEXÃO II

O COLETIVO – PROCESSOS DE DECISÃO EM SOCIEDADE

MODERADOR

João Catarino Tavares

PARTICIPANTES

Rita Figueiras
João Palmeiro
Henrique Saias
António Arnaud
Cláudia Ribeiro
Catarina Hall
Rui Martins

Num grupo de debate constituído por 8 elementos, o background profissional passava, na sua maioria, por funções ligadas ao sector público, alguns com formação na área das tecnologias, mas havendo também quem chegasse do universo das leis ou da biologia e das belas-artes. Dada a heterogeneidade assumida, esta foi uma conversa com muitos caminhos apontados, hipóteses aventadas, tendências desenhadas, mas apenas duas ou três ideias juntaram o grupo em torno da (quase) unanimidade.



O PODER DOS ALGORITMOS

Em matemática e nas ciências da computação, um algoritmo não é mais do que uma sequência finita de ações executáveis que visam obter uma solução para um determinado tipo de problema. Quando se fala de democracia, no entanto, eles assumem papel mais relevante e foi esse mesmo o entendimento do Grupo de debate.

Certas decisões já não são tomadas unicamente por seres humanos, mas confiadas, no seu todo ou em parte, a sistemas que processam dados e a algoritmos não auditados. “Há uma tendência para confiar no resultado destas decisões das máquinas e isso preocupa-me porque as pessoas já não sabem decidir”, refere João Catarino Tavares, vogal da administração APDSI.

“Há uma tendência para confiar no resultado destas decisões das máquinas e isso preocupa-me porque as pessoas já não sabem decidir”

JOÃO CATARINO TAVARES

Então, a quem cabe, afinal de contas, a verdadeira tomada de decisão? A verdade é que os algoritmos assumem aqui um papel de relevo até mesmo porque o Business Intelligence ganha peso no dia-a-dia e há uma tendência, cada vez maior, para se confiar no resultado das decisões saídas das máquinas em detrimento daquilo que o Ser Humano poderia decidir. Auditar os algoritmos podia ser uma das hipóteses em cima da mesa disse António Arnaud. “A questão de se auditarem os algoritmos é muito importante atualmente até mesmo porque, em última análise, vem permitir auditar também as próprias tecnologias no processo de apoio à decisão.” Mas, na verdade, não está claro quem poderá vir a fazê-lo com a necessária qualidade e idoneidade.

De resto, neste campo, a opinião não foi totalmente unânime e houve até quem considerasse que o algoritmo não foi feito para ser auditado. Na verdade, ele “aprende” segundo as regras que lhe são apresentadas conjugadas com todo um manancial de informação que cresce diariamente.

COMO COEXISTIR PACIFICAMENTE COM A IA

Poderá então a inteligência artificial assumir, por si só, o destino e os comandos da democracia? Será que evoluímos de uma democracia representativa, tal como a conhecemos hoje, para uma autocracia das máquinas e dos algoritmos onde as decisões são mediadas por sistemas de Inteligência Artificial (IA)? Bem... não necessariamente!

“A IA nunca vai mandar no Ser Humano por si própria, já que ela precisa sempre de um conjunto de regras que a regem e terá de ser controlada por alguém”, ressalva Henrique Saias. Mas Cláudia Ribeiro não deixa de lembrar que “não há sistemas perfeitos, nem os humanos!”

“É preocupante ver como é que se consegue integrar a IA no processo de democracia representativa; a China faz coisas que, hoje em dia, seriam impensáveis no Ocidente”

RUI MARTINS

E, se é bem verdade que não há sistemas perfeitos, também é verdade que não caberá à inteligência artificial dar cartas no futuro, de forma autónoma. Ou será que cabe? Por entre o debate ouviram-se vozes discordantes neste campo que lembraram a possibilidade de existir uma espécie de realidade bipolar onde, para além desta Inteligência Artificial controlada pelo Homem, há também uma outra mais generalista e secreta que já vai dando cartas. Onde? Na China? Nos Estados Unidos da América? As hipóteses ficam no ar e algumas ideias também... “É preocupante ver como é que se consegue integrar a IA no processo de democracia representativa; a China faz coisas que, hoje em dia, seriam impensáveis no Ocidente”, refere Rui Martins.

ONDE FICA A DEMOCRACIA?

Foi neste campo que as maiores dúvidas se levantaram e as opiniões se tornaram mais dissonantes. Temos, de facto, uma democracia ou ela já morreu há muito tempo? Onde ficam os conceitos de representatividade e de maior intervenção popular prometidos com o advento da Internet? Ou não terá passado tudo de uma realidade paralela, qual metaverso que junta num só espaço “realidade virtual”, “realidade aumentada” e “Internet”.

Na teoria, a Internet viria abrir a porta a uma espécie de democracia direta, mas isso acabou por não acontecer exatamente como se previa. Considerou o Grupo que as pessoas mais pobres não participam na vivência da democracia, acabando por intervir apenas os mais vocais, o que se traduz numa distorção da realidade. Do outro lado da moeda, fica também o facto de o cidadão não se sentir representado pelos seus diversos eleitos e ter grandes dificuldades em chegar à fala com estes, nomeadamente quando falamos das instâncias superiores.

Ainda assim, no processo de formação de opinião, considerou-se existir um peso muito grande (talvez excessivo) dos média, pelo que a sua influência na sociedade é um problema que afeta a própria democracia. No entanto, o Grupo sabe que estas bolhas mediáticas não são, propriamente, uma novidade uma vez que elas existiam mesmo antes das redes sociais.

“No processo de formação da opinião o que se passa agora com as redes sociais, em certa medida, é uma atualização do que já se passava com os outros media”

RITA FIGUEIRAS





“No processo de formação da opinião o que se passa agora com as redes sociais, em certa medida, é uma atualização do que já se passava com os outros media”, defendeu Rita Figueiras. Estas últimas vieram apenas tornar mais visível o problema por via de questões palpáveis como as fake news. A proposta para acabar com esta situação pode passar pelo fim do anonimato nas redes, “obrigando” cada pessoa a criar o seu próprio avatar, associado à sua identidade, e cujo acesso fica disponível para as autoridades. Mas será mesmo este o caminho para o fim dos mecanismos opacos? Nem todos concordaram.

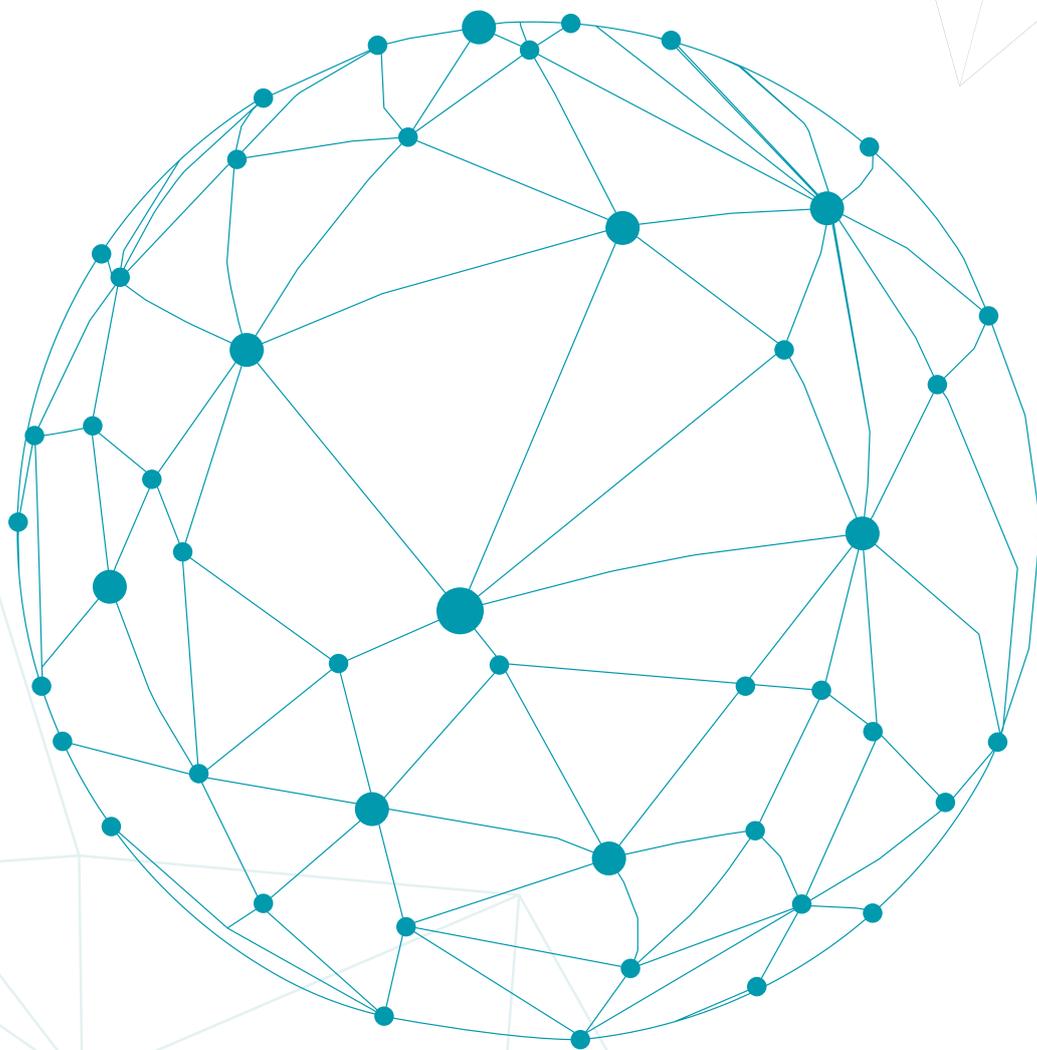
Mais unânime foi a ideia de que a crise dos média é também a crise da própria democracia. A informação transformou-se, hoje em dia, num fluxo e o tempo da notícia deixou de ser o do conteúdo em si, mas antes o dos média, com uma influência excessiva das redes sociais em todo o processo, consideraram os elementos do Grupo.

Um estudo recente do Google refere que “de cada vez que acaba um jornal ou uma televisão no mundo, o Google baixa o seu tráfego. Ora isso é preocupante em termos de controle de conteúdos e permite perceber que, no fundo, dependemos todos uns dos outros levando o Google a aumentar o apoio que dá a estes pequenos media” disse, a propósito, João Palmeiro, presidente da Associação Portuguesa de Imprensa.

Antes de terminar, referência a Ernst Friedrich Schumacher (ou F. Schumacher, como é mais conhecido), eminente pensador económico, estatístico e economista britânico, cujo o livro “Small is Beautiful” deu o mote às últimas linhas de discussão do Grupo: todos os processos são belos, mas importa saber que, quanto mais pequena é a realidade, mais bem gerida ela é. E mais democrática também.

Uma ideia totalmente partilhada por Catarina Hall para quem “Portugal funciona porque é um país pequeno”, ao mesmo tempo que importa ter “total confiança em quem está nos lugares de topo a analisar e decidir por nós”.





O MUNDO **AS CULTURAS POLÍTICAS** **NA EUROPA E NO MUNDO**

GRUPO DE REFLEXÃO III

GRUPO DE REFLEXÃO III

O MUNDO – AS CULTURAS POLÍTICAS NA EUROPA E NO MUNDO

MODERADOR

João António Tavares

PARTICIPANTES

Albano Santana Ramos
António Vasconcelos Cunha
Filipa Fixe
Francisco Tomé
Joice Fernandes
José Amaral Gomes
Leonídio Ferreira
Maria Helena Monteiro
Raquel Vaz Pinto
Susana Peralta
Vasco Cal

Regulação, ética e impacto social podem potenciar impacto da tecnologia nas democracias liberais.

Olhar para o mapa-mundo e definir democracia liberal é hoje uma tarefa complexa. A realidade de cada país, de cada cultura, e as ligações geopolíticas de cada território com os que o rodeiam contribuem para moldar os sistemas políticos de países consensualmente vistos como democráticos, ou a construir um caminho para vir a sê-lo.

Daqui partiu o debate do grupo que na 17ª edição do Fórum da Arrábida se propôs refletir sobre as culturas políticas na Europa e no Mundo. À semelhança de nós humanos, que as criámos, as democracias são imperfeitas mas indiscutivelmente a melhor fórmula que o mundo conhece para promover direitos e liberdades, compromissos e desenvolvimento económico. Cabe-nos, a todos, continuar a tentar melhorá-las e fazê-las evoluir para assegurarem a representatividade de quem as elege e o espaço para tirarem o melhor partido das ferramentas que possam contribuir para servir o melhor possível os propósitos que as fizeram nascer, como a tecnologia.

“A democracia é o melhor mecanismo que existe para agrupar diferentes sistemas de valores, diferentes conceções ou preferências. É sempre imperfeita e é sempre uma construção, porque a natureza humana também é imperfeita”

SUSANA PERALTA

Exemplos como o da Índia - uma democracia com mais de 70 anos que mantém um rigoroso sistema de castas - ou do Cazaquistão - a transitar de uma ditadura ao ritmo possível, para não converter uma evolução numa revolução - foram citados no debate, para ilustrar a complexa tarefa de traçar um rumo que se faz de equilíbrios, muitas vezes precários, entre heranças do passado e ambições para o futuro.

Nem nos sistemas democráticos globalmente aceites como tal, o tema é pacífico e as premissas do conceito estão garantidamente asseguradas se, como defendeu Vasco Cal, se tiver em conta que na maioria das democracias o poder político está hoje capturado pelos interesses económicos. As opções eleitorais nos Estados Unidos, a concentração da maior parte da riqueza global em 1% da população, ou o sentimento de falta de representatividade dos cidadãos pelos seus políticos são sinais de que a democracia está em crise e precisa de uma reconversão ou pode ter os dias contados, defendeu o palestrante.

“A tecnologia limitou-se a dizer que o rei vai nu e a expor um conjunto de imperfeições aprisionadas por alguns poderes, contribuindo para desacreditar o sistema”

ALBANO SANTANA RAMOS



● ● ● TECNOLOGIAS DE SEDUÇÃO SÃO FERRAMENTAS DO EXERCÍCIO DE PODER

A tecnologia tem acompanhado a evolução do mundo e das democracias. Tem tido um papel determinante na evolução da sociedade desde a invenção do fogo, como lembrou José Amaral Gomes, assumindo-se desde sempre como uma entre várias ferramentas usadas no exercício de poderes, público, económico ou outros.

Como também defendeu, o poder exerce-se com recurso a “tecnologias de sedução” que foram evoluindo ao longo dos tempos e que podem ser usadas ao serviço dos mais diversos fins, como a publicidade, e apropriadas pelos mais diversos agentes (exemplo: Elon Musk).

“A tecnologia é neutra, mas o seu impacto não é”

LEONÍDIO FERREIRA

São também hoje um instrumento das ditaduras, como acontece na China, com o seu “algoritmo vermelho”, como lhe chama Raquel Vaz Pinto para descrever o avançado programa de cibervigilância da população naquele país, apoiado em inteligência artificial. E passaram ainda a ser um instrumento por excelência de “verdadeiros poderes paralelos completamente instalados, que têm uma influência quase transversal no mundo”, como destacou Francisco Tomé, que olha para o fenómeno, simultaneamente, como um risco e uma oportunidade. “O digital corrói a democracia, mas também pode corroer o poder autocrático” e ajudar a lutar contra ele, destacou.

Neste campo, as redes sociais e as grandes plataformas de internet, enquanto veículos de disseminação de informação muitas vezes não verificada e quase sempre com alto poder de influência sobre a opinião pública assumiram um papel central, mostrando que o sonho dos primeiros anos da digitalização se materializou numa realidade bem distinta. A generalização do acesso à internet e aos serviços digitais não resultou afinal num mundo mais livre, mais informado e mais igualitário, observou Vasco Cal, considerando que o tema merece uma reflexão.

O que falhou? Foi consensual que a tecnologia não é o vilão da história. Não lhe cabe que o ónus da transformação digital dos últimos anos não tenha conseguido ser um amplificador de direitos e garantias e muito menos o da crise das democracias. Concordou-se que a tecnologia transformou o exercício e a disputa de poder, mas sem alterar a sua natureza. Sendo historicamente usada como um instrumento de poder,

a tecnologia é neutra e não foi a evolução tecnológica que levou à captura do poder político pelos interesses económicos.

“Como vão resistir as nossas democracias à decisão dos algoritmos?”

JOSÉ AMARAL GOMES

Como destacou Albano Santana Ramos, as fake news sempre existiram. Com os meios digitais apenas ganharam novos canais de difusão e escala. “A tecnologia limitou-se a dizer que o rei vai nu e a expor um conjunto de imperfeições aprisionadas por alguns poderes, contribuindo para desacreditar o sistema”.

● ● ● MAIS E MELHOR REGULAÇÃO NUM MUNDO DIGITAL MARCADO PELO PODER TRANSVERSAL DOS GAFA

A regulação pode e deve ter um papel crítico na condução da tecnologia para os valores que a digitalização prometia. “A tecnologia é neutra, mas o seu impacto não é”, sublinhou Leonídio Ferreira e isso tornou-se evidente na mediatização da informação. A escala de divulgação que uma informação consegue alcançar, com o impulso das redes sociais, dificilmente é obtida pela sua correção, quando esta se impõe. Também por isso, a liberdade de imprensa e a curadoria dos média têm um papel fundamental para manter a democracia a funcionar e são um contraponto à informação priorizada pelos algoritmos das plataformas digitais.

As GAFA (Google, Apple, Facebook e Amazon), que têm nos dados pessoais o prémio para manter a sua própria soberania, como sublinhou António Vasconcelos Cunha, estão claramente no centro deste debate. Vieram para ficar e são elas as grandes visadas pela regulação que a Europa tem vindo a criar para limitar o alcance dos poderes transversais globais da era digital. Maria Helena Monteiro trouxe ao debate o exemplo do Digital Services Act e do Digital Markets Act, ambiciosos na fórmula, mas que se avizinham de difícil implementação, ainda que o grupo tenha considerado que é este o caminho a seguir para intervir nestas áreas. Regular à escala nacional nestes temas seria ineficaz.

“O futuro não é uma extrapolação do passado, mas olhar para o passado e ver que a tecnologia foi melhorada e a democracia também, deixa alguma expectativa que o mesmo aconteça no futuro”

FRANCISCO TOMÉ

O grupo identificou no entanto falhas relevantes na abordagem da Europa à regulação, considerando que muitos dos esforços que estão a ser feitos para prevenir o mau uso da tecnologia ao serviço das democracias no futuro podem ter uma capacidade limitada de sucesso. Estão a ser desenhados de olhos postos no passado. Procuram respostas para problemas que já conhecemos e que já vivemos e revelam claras dificuldades, quando os modelos tradicionais de regulação não podem ser a referência. É isso que se verifica em áreas como a IA e noutras, como a do software, apontou Joice Fernandes: a migração para a cloud acabou com os monopólios e deixou de permitir a aplicação de receitas regulatórias que passavam pela identificação de empresas monopolistas e pela aplicação de remédios que promovessem mais concorrência.

No futuro, antecipa-se que o papel da tecnologia enquanto instrumento de poder, traga ainda mais desafios, regulatórios mas não só. A chegada da inteligência artificial já permite antecipar alguns, ao nível da ética, por exemplo, e ainda o poder de decisão dos algoritmos está limitado a questões muito específicas. Quando se alargar a áreas de maior impacto na sociedade as implicações serão maiores e as variáveis da equação terão de ser reajustadas. Uma das grandes questões passa por perceber: “como vão resistir as nossas democracias à decisão dos algoritmos?”, admitiu José Amaral Gomes.

O grupo preferiu não antecipar cenários e assumir que ainda “não sabemos que impacto vai ter a tecnologia e os algoritmos na decisão”, como referiu Susana Peralta, mas acreditando que as imperfeições da tecnologia - como o enviesamento dos algoritmos - serão um tema cada vez mais relevante, à medida que a IA também for assumindo um papel mais relevante na tomada de decisões.

Outro tópico já em ascensão e expectavelmente a continuar nessa trajetória é o da responsabilidade social, nas mais diversas áreas, mas também no desenvolvimento do software que irá servir as democracias, em diferentes dimensões. O conceito de Responsible Research and Innovation, que alinha o desenvolvimento de um produto com os resultados de uma análise prévia ao seu impacto social, está a ganhar tração e pode assumir-se como uma ferramenta importante de autorregulação. A APDSI procurou já fazer um levantamento das startups portuguesas comprometidas com estas práticas e os resultados não foram os mais animadores, como admitiu Maria Helena Monteiro. Para além dos unicórnios, que têm de prestar contas junto dos investidores em diferentes métricas, e esta pode ser já em muitos casos uma delas, a grande maioria das empresas nacionais não dá sinais de seguir estas práticas de desenvolvimento.



CONSTRUIR E DEIXAR MELHOR PARA AS GERAÇÕES FUTURAS

O futuro dirá se as preocupações com a ética e o impacto social serão suficientes para criar tecnologia com impacto na desejada reconversão das democracias, de volta aos seus valores fundamentais. Raquel Vaz Pinto defendeu a importância de valorizar o que já alcançamos, lembrando que por todo o mundo continua a haver quem esteja disposto a pagar com a vida para ter democracia. “Muitas vezes somos tão críticos em relação àquilo que esperamos que não conseguimos valorizar o que acontece de bom”.

No entanto, lembrou também a palestrante, é importante ter presente que nada está garantido e a diversidade de eventos, avanços e recuos nas democracias liberais à volta do mundo ao longo de todo o século XX, são disso reflexo. Raquel Vaz Pinto defendeu mesmo que a capacidade de cada geração para construir e deixar um mundo melhor às gerações futuras é um dever e vai moldar as respostas que hoje procuramos sobre o futuro da democracia liberal.

A história ainda está por escrever, mas o passado também permite inspirar uma mensagem de esperança: “o futuro não é uma extrapolação do passado, mas olhar para o passado e ver que a tecnologia foi melhorada e a democracia também, deixa alguma expectativa que o mesmo aconteça no futuro”, admitiu Francisco Tomé.

PRINCIPAIS TÓPICOS DEBATIDOS

1) Democracia em geral

- Democracia liberal
- Democracias diversas e imperfeitas
- Processos de transição que tentam conciliar a democracia com a realidade efetiva
- Democracia em risco / declínio
- Excesso de captura do poder político pelo poder económico
- Representação insuficiente de largas faixas da sociedade

2) Tecnologias / Digital - impacto nas democracias

- A tecnologia transformou o exercício de poder sem alterar a sua natureza
- As tecnologias têm evoluído e as democracias também. O pêndulo oscila, mas talvez as democracias possam continuar a gerir e acompanhar a evolução
- GAFA: grande poder, escrutínio insuficiente
- Iniciativas de regulação da UE em marcha
- Acautelar a ética/impacto social será suficiente?

3) Conclusão:

- Não é possível antecipar o impacto futuro da tecnologia nas democracias
- Temos a obrigação de construir e deixar um mundo melhor
- Mais e melhor regulação
- Para melhor gerir o futuro e o impacto do digital nas democracias importa resolver os problemas das democracias liberais

UM DEBATE QUE DEVE TER CONTINUIDADE ...

AS CONCLUSÕES DE CADA UM DOS GRUPOS DE TRABALHO FORAM APRESENTADAS EM PLENÁRIO, DESTACANDO-SE A INTERSECÇÃO ENTRE AS VISÕES DO INDIVÍDUO, O COLETIVO E O MUNDO, ONDE MUITOS DOS TEMAS SE CRUZARAM NO DEBATE INICIAL E NOS COMENTÁRIOS QUE SURTIRAM AOS TRABALHOS DOS TRÊS GRUPOS.



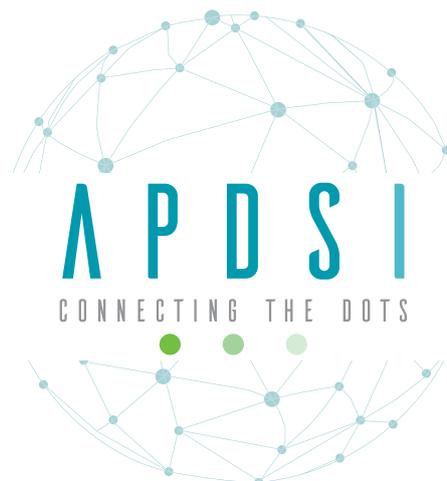
O peso da tecnologia e da Inteligência Artificial, com os riscos e as vantagens, voltou a ser um dos tópicos de maior foco, com Luis Vidigal a destacar que já existe singularidade, com a IA a assumir a decisão sem intervenção humana na área militar, mas que há áreas de autodeterminação que têm de ser “nossas”, dos humanos, ou voltamos à discussão sobre se a Inteligência Artificial pode decidir destruir o ser humano porque as máquinas são mais eficientes.

Mesmo sem sintonia, destaca-se a convergência de posições que apoiam a necessidade de acompanhar, discutir e repensar o futuro da Sociedade da Informação, e em particular das democracias. A responsabilidade de mobilizar a sociedade para este debate é assumida pela direção da APDSI e pelos participantes no 17º Fórum da Arrábida, onde se pede que mais do que bancos de soluções sejam criados bancos de problemas, ou de perguntas, lembrando que as ditaduras estão proibidas de dar respostas.

Com muitas perguntas, mas também algumas respostas, e temas que têm de continuar a ser debatidos, coube a Maria Helena Monteiro, presidente da APDSI, encerrar mais um Fórum da Arrábida, agradecendo a todos a participação e o tempo despendido para mais um relevante debate. Estes são temas considerados da enorme importância e vão agora ser partilhados com as organizações políticas e a sociedade civil, mas que precisam de continuar a ser discutidos no futuro.







SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e societais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança e Privacidade, a Ética no Digital, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, as Tecnologias de Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação, as Competências digitais e o Ambiente e Energia.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

ASSOCIE-SE

www.apdsi.pt

secretariado@apdsi.pt

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública

ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A
1600-803 Lisboa – Portugal
URL: www.apdsi.pt

Tel.: (+351) 217 510 762
Fax: (+351) 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt

Patrocinadores Globais da APDSI

Platina

 **accenture**

 **aws**

 **Google**

Ouro

 **devoteam**

 **Meta**